

A VISÃO COLONIALISTA NOS VIAJANTES EUROPEUS NO SÉCULO XIX

Marília Pessoa Monteiro

Da Universidade Federal de Pernambuco

O século XIX está povoado de preconceitos e mitos. Superioridade racial, climas bons e climas ruins, situação geográfica, predestinação, etc. prestavam-se a deformações que, embora evidentes, interessavam aos que pretendiam divulgar uma ideologia que se convencionou chamar de colonialista. Atendia, tal ideologia, à classe dominante na Europa, conseqüentemente também à classe dominante no Brasil; esta, procuradora daquela, aceitava-lhe subalternamente os padrões.

Com a independência o colonialismo da área política transfere-se para a econômica, sem nunca deixar de ter sido também cultural. Mais claramente: de Portugal para a Inglaterra. Posteriormente, para os Estados Unidos. Os benefícios são cada vez maiores, para uma classe cada vez menor. O povo, que não participara da independência política, não tem também condições de impedir a acentuada dependência econômica. Fez-se a independência sem ouvi-lo. Se "isso lhe poupou sacrifícios" deixou-o também afastado da nova ordem política, que se estabelecia sem sofrer ruturas significativas. A preguiça, incapacidade, indolência do homem brasileiro, índio, negro, branco ou mestiço, sistematicamente repetidas nos diários e impressões de viagens que se multiplicam no dezenove, não surpreendem. Não causam estranheza relatos ambíguos de viajantes, na sua maioria representantes de um novo sistema que surgia, "no momento em que a colonização portuguesa estava se desarticulando e em que o imperialismo

inglês ainda não se estabelecera em toda plenitude" 1. De uma forma ou de outra, eles estavam ligados ao novo sistema, que se delineava em substituição ao antigo, e a ele serviam.

Sobejamente conhecidos, os tratados de 1810 exemplificam a crescente dependência brasileira à Inglaterra, via Portugal. Lindley, que esteve entre nós oito anos antes da assinatura dos referidos tratados, ilustra bem a questão: "Portugal deve agradecer unicamente à Inglaterra o fato de existir como estado independente e o de seu território e suas possessões coloniais não terem sido há muito tempo divididas entre as nações mais poderosas da Europa". (2)

As lojas brasileiras abarrotam-se de artigos ingleses, muitos dos quais inadaptáveis ao nosso uso, como os patins para gelo, vistos por Mawe: "O mercado ficou inteiramente abarrotado, tão grande e inesperado foi o fluxo de manufaturas inglesas no Rio, logo em seguida à chegada do Príncipe Regente, que os aluguéis das casas para armazená-las elevaram-se vertiginosamente... Montes de ferragens e de pregos, peixe salgado, montanhas de queijo, chapéus etc... achavam-se expostos não somente ao sol e à chuva, mas à depredação geral". (3)

Alguns enganos, como carteiras e porta-notas para uma terra, onde não existia papel-moeda e onde se utilizavam escravos para carregar as moedas que pesavam muito, surpreendiam os próprios viajantes e tocam as raias do anedotário: "espartilhos, caixões mortuários, selas e mesmo patins para o gelo, abarrotavam o mercado, no qual não poderiam ser vendidos e para o qual nunca deveriam ter sido enviados". Explica-se parte desse exagero pela ânsia de se dispor "de estoques grandes parados e de se resolver situação crítica nos negócios" (4) problemas que advinham na deplorável situação inglesa, conseqüência da luta com a França.

Perspicaz e inteligente, como louvam os que sobre ela escreveram, esperar-se-ia da Sra. Graham análise mais objetiva sobre as "recíprocas vantagens" de 1810. Tal análise começa ressaltando a defesa que a Inglaterra está fazendo para "o bem de Portugal". "Os grandes interesses europeus do Brasil e de seu soberano, poderiam ter sido esquecidos no próprio país, durante o ano de 1810, tão tranquilo decorreu ele, se não fossem os paquetes que traziam através do Atlântico as minúcias das batalhas desesperadas, nas quais a força e o tesouro da Inglaterra estariam sendo despendidos em defesa deles na Península. A 19 de fevereiro, Lord Strangford e o Conde de Linhares em nome dos respectivos governos, assinaram um tratado comercial no Rio, pelo qual obtinham **grandes e recíprocas** vantagens... A isso se segue no mês de maio uma comunicação formal de Lord Strangford de que o parlamento britânico **havia votado** 980.000 Libras para manter a guerra em Portugal. Realmente a Inglaterra havia tomado a si a luta e tinha decididamente o maior interesse em opor-se à França. A Casa de Bragança, estava pois, à vontade para **dedicar toda a atenção** aos seus domínios americanos". (5)

O "desprendimento" de uma Inglaterra sequiosa de mercado é tão significativo que se torna desnecessário criticar a desproporção das palavras de uma senhora que, antes de tudo, era inglesa. O problema é conhecido. Portugal alienava-se economicamente para sobreviver como nação; pagam-se com privilégios econômicos os favores políticos. Optando pela vinda para o Brasil, D. João VI livrava a Inglaterra de sérios apertos econômicos. Em 1808, as importações inglesas para o Brasil, paralisadas na Europa napoleônica, atingiram £ 2.552.000. (6) Concedendo privilégios de "nação favorecida" à Inglaterra, impedia o desenvolvimento da incipiente indústria brasileira, incapaz de concorrer com os baixos preços ingleses. Ao longo do seu diário, a senhora Graham abusa de termos como "apatia", "indolência", entre outros atributos pouco honrosos aos brasileiros.

Visitando sítios, nos arredores do Recife, entende a senhora inglesa que "o aluguel baixo desses agradáveis pequenos parques, deriva em grande parte da indo-

lência o consequente pobreza dos possuidores das primeiras concessões de terra... Agora que a cultura do açúcar e do algodão não está em tão grande desenvolvimento, quase metade das fazendas estão arruinadas, mas o temperamento do povo se tornou tão indolente que em vez de procurar salvar suas propriedades eles preferem alugar uma pequena porção delas por uma ínfima anuidade". (7)

Os excessos nas importações de fogos de artifício dão ensejo a comentários. "Algumas vezes, quando os produtos manufaturados são aqui invendáveis, o comerciante embarca-os a bordo de um navio português que vai à Índia e obtém em troca foguetes que nunca deixam de dar lucros. **Eu vi** um jogo de cristal lapidado enviado à Calcutá para esse fim, ou um candelabro, **bonitos demais** para os compradores brasileiros". (8) Um conjunto de preconceitos divulgados, no século XIX, pretendiam respaldo científico para justificar a dominação e exploração colonialista. O mais divulgado deles foi, sem dúvida, o da superioridade racial. A superioridade da raça européia, nórdica especialmente, sobre as outras raças indígena-americanas e negras particularmente. A primeira, destinada a mandar; às outras, inaptas, indolentes e preguiçosas, restava apenas obedecer. "Nesse conjunto pretensamente científico, conceitos como "raça", "civilização" e outros, passavam a conter a nota ideológica que os inutilizou, passados os tempos, para o uso científico". (9) Resumida está uma ideologia que dominava a época: **interesse dos que pretendiam responsabilizar clima e meio** por males humanos e, assim, manter um povo sob seu jugo.

Teoria adotada pelo inglês H. T. Buckle, que influenciou a brasileiros esclarecidos, como Sílvio Romero e Euclides da Cunha, atingirá ao seu clímax, quando Paulo Prado chega ao absurdo de retratar o Brasil em capítulos designados por vícios, "típicos" da índole brasileira. Autores como estes, esmagados pelas contradições ecológicas dos trópicos, não conseguem debater teorias tão lesivas aos interesses brasileiros; não discutem, sequer, que rios e florestas não são tão densos e intransponíveis, nem o calor é tão intenso como pretendem.

O exato Koster, crítico da sociedade, dos costumes, sempre procurando causas, quando os efeitos são desastrosos, é suave no trato da terra e da gente: "O labor não é agradável. O homem trabalha geralmente por necessidade e tem necessidades de alguns estimulantes para animá-lo ao esforço. Esse fato ocorre sob todos os climas, e influi com maior frequência naqueles em que a natureza inclina à indulgência essas propensões indolentes". (10) Nas notas ao capítulo XX — quase imediatamente — amacia como pode: "sei que não é o caso em todas as nações, mas entretanto não seria correto que, falando geralmente excluísse o povo que estou estudando, e posso ser encontrado em erro". (11)

Tem sempre, como se vê, uma atitude de simpatia nos seus relatos, mas utiliza o último capítulo de "Viagens ao Nordeste do Brasil", na análise dos tratados de 1810, discutindo "mágoas regionalistas", tentando não ferir susceptibilidades, mas sem negar sua crença na eficácia dos mesmos. "Tentarei provar que os tratados em questão, recém-assinados, foram feitos de boa fé e para benefício de ambas as nações, e que cada uma fez concessões úteis a outra". (12) Tarefa difícil, em se tratando de acordos considerados humilhantes tanto à Metrópole quanto à colônia. (13) João Lúcio de Azevedo aborda o assunto como: "o tratado mais lesivo e desigual que duas nações independentes jamais contrairam... e do qual o Brasil só se liberta 22 anos após a Independência". (14)

Koster não surpreende: defende a pátria em detrimento do país natal (15) e justifica pontos sujeitos a controvérsias mais acirradas como: taxa de 15% — ad valorem — para importações inglesas, enquanto Portugal pagava — 16% — falta de reciprocidade no adquirir, herdar terras em territórios um do outro, instalação de um Juiz Conservador, eleito por ingleses e só por eles demitido "Os portugueses examinaram os tratados como se estivessem enciumados do que foi concedido aos súditos britânicos, sem considerar se as vantagens ofertadas são ou não em benefício do Brasil.

Deviam aceitá-los como para seu bem e não que a Grã-Bretanha lhes oferecesse ou que o seu Governo oferecesse à Grã-Bretanha". (16)

A reciprocidade negada por Canning — nas propriedades adquiridas em territórios das partes contratantes foi considerada "uma queixa" sem justa causa... "poderia parecer que os dois países estariam no mesmo nível quanto às populações respectivas, que o Brasil não necessita de um imenso desenvolvimento no seu povo e que a Inglaterra possui superabundância territorial". (17)

O argumento utilizado para justificar o artigo X do tratado de Navegação e Comércio, referente ao juiz conservador, tem por base "a desonestidade notória indiscutível" dos tribunais de justiça lusos, em todos os seus domínios e a necessidade decorrente de proteção aos estrangeiros.

Por outro lado: "a conhecida equidade de jurisprudência inglesa e a singular excelência da Constituição Britânica, registradas no mesmo artigo do tratado, tornam desnecessário qualquer magistrado especial para decidir no que concerne aos interesses dos forasteiros residentes na Grã-Bretanha. A situação dos tribunais de justiça britânicos é o orgulho de todo inglês. Uma suspeita de imparcialidade nas suas decisões, não ocorre ao espírito de nenhum homem ponderado". (18)

O absurdo atinge o ridículo; a comicidade envolve o artigo XXI do tratado em questão, que "dava gravemente ao Príncipe Regente a faculdade de impor direitos proibitivos sobre o açúcar, café e outros gêneros coloniais a serem importados das possessões britânicas, formulando-se assim a hipótese um tanto extraordinária de entrarem em concorrência com os nacionais semelhantes artigos estrangeiros, de que no Brasil existia superabundância para o consumo local" (19)

Tudo isso Koster, o exato, não viu. Foi com olhos de súdito de potência industrial — da "pátria inglesa", portanto — que analisou as dificuldades do "país natal". Faltaram objetividade e imparcialidade a seus argumentos. Faltou, sobretudo, visão de conjunto. Não foi tão cosmopolita quanto pretendeu. Discordamos, portanto, de Alfredo de Carvalho, quando escreve que Koster "analisou com perspicácia, o famoso tratado de fevereiro de 1810, entre a Grã-Bretanha e Portugal". (20)

Portugal vivia época de corrupção. As classes dominantes submetiam os interesses nacionais aos seus próprios interesses. Os tratados assinados desde o séc. dezanove refletem a decadência moral de Portugal, favorável à política de expansão comercial inglesa. O tratado de Methuen, por exemplo, foi severamente criticado em Portugal, Inglaterra e Brasil. Foram criticados, mas permaneceram. Finalmente, o tratado de 1827, firmado pelo Imperador, independente de consulta às Câmaras, "reconheceu à Inglaterra situação de potência privilegiada, autolimitando, sua própria soberania no campo econômico". (21)

Não só tratados como esses oferecem ao leitor ocasião de observar a visão colonialista do período. A presença francesa "mais antiga que a inglesa e norte-americana" (22) também é notável. Está na cultura, na revolução de 1817, como já estivera em conjuração anteriores e como estará nas revoluções subsequentes como centro fornecedor do instrumental conceitual dos nossos revolucionários. Estará, também, na dura competição por mercados.

Tollenare, pródigo nas referências típicas da visão colonialista, sente o peso da concorrência inglesa e geme: "Só se ouvem queixas"... Mais adiante completa — "Como suportar a concorrência dos fabricantes ingleses" (23)... É coerente, esse negociante de algodão, nas cores e temas que pinta: indolência e preguiça, palavras mil vezes usadas.

Certa ocasião, conclui pela necessidade de "algumas medidas agrárias, algumas

distribuições de terras; mas esta gente é tão preguiçosa, tem tão poucas necessidades, que parece mister começar refundindo-a moralmente. Ora sabe-se que é na reforma moral que as administrações encontram os maiores obstáculos. Os padres, as escolas podem talvez servir-lhe de agentes; aqui não há escolas e apenas alguns padres ignorantes ou escandalosos". (24)

O mito da preguiça de nossa gente correspondia a alguma realidade, intuída ou comprovada? Seriam as escolas "agentes" seguros para "refundir moralmente" um povo? Parece fora de propósito a aceitação de qualquer uma das duas hipóteses. Nem foi preguiçosa nossa gente, nem a escola foi jamais veículo capaz de refundir moralmente um povo.

Fazia parte da "ideologia do colonialismo", como já vimos, caracterizar mestiços como naturalmente dotados de inaptidão ao trabalho preguiçosos, portanto. Fama idêntica tiveram os "criollos" da América espanhola.

A escola, por sua vez, servia a um tipo de cultura, dissociada da realidade, "destinada antes à preparação de uma elite do que à educação do povo". (25)

Já Koster, ao analisar aspectos morais nos relacionamentos mestiços, chega à conclusão de que "o mérito moral deve ser aquilatado pela mentalidade da região e não pelas nossas instituições". (26)

Não chega a surpreender a diferença entre Koster e Tollenare no que se refere à visão moral da época — a mesma — em que viveram. Rousseau, que leu os primeiros cronistas e foi um apaixonado pelos relatórios e diários de viagens, já possuía essa experiência quando escreveu: "Passei minha vida a ler as relações de viagens e nunca encontrei duas que tivessem dado a mesma idéia, de um mesmo povo". (27) Na atitude de simpatia para com nossos costumes, ou na parcial análise sobre os tratados de 1810, alternam-se o abasileirado Henrique da Costa e o súdito britânico Henry Koster. Não foi tão coerente quanto Tollenare.

Visível, nesta fase, é a posição subalterna americana no setor exportador. Não deve ser subestimada, porque começava a emergir na consciência dos mais progressistas, a crescente presença dos Estados Unidos do Brasil. (28)

Até 1799, não existia comércio oficial entre os dois países.

Com a abertura dos portos, Jefferson espera por um tratado comercial que não vem. A Inglaterra ainda é a única dona da situação.

A posição americana, em relação a 1817, é de esperteza; indica indecisão, sobretudo cautela. "Não obstante, interesses comerciais norte-americanos relativos ao Brasil, começaram a esboçar-se desde começos do século... Os interesses dos norte-americanos e dos brasileiros convergiam, pois, no sentido de eliminar as linhas de dependência com Portugal e com os centros de controle, sediados no Rio de Janeiro. Os insurreitos de 1817 tiveram por medida importante não só a carta ao Presidente dos Estados Unidos, oferecendo "liberdade absoluta de comércio convosco" e lembrando a "vossa brilhante revolução que procuramos imitar" como ainda o envio àquele país do "mulato Cabugá", com o fito de pedir auxílio e oferecer aos comerciantes americanos por 20 anos os gêneros de Pernambuco livres de direitos". (29)

Henry Hill, Cônsul no Rio de Janeiro, informava: "Viu-se logo pela conspiração bacanática de Pernambuco com que facilidade pode realizar-se uma revolução neste país, vendo-se assim mesmo por ela que povo tão ridículo é o brasileiro, de todo incapaz para o auto-governo". (30)

Influência do clima na conduta moral, completa mais abaixo; fomenta descórdio e desestímulo em espíritos menos avisados.

A indolência do brasileiro, seja ele homem ou mulher, velho ou moço, branco ou preto, foi comum nos relatos dos viajantes do século XIX. É constantemente explicada pelo clima, pela mistura de raças, entre outras mazelas típicas da filosofia social predominante do século XIX. Mais simples seria explicar que o confronto entre o brasileiro e o emigrante era injusto. As causas que envolviam suas diferenças não poderiam ser captadas por viajantes alheios à sua complexidade. A própria situação do emigrante, em geral uma "elite" entre os desprovidos de fortuna, porque os menos capazes ficavam no seu país, sem iniciativa para emigrar, nunca foi levantada. O desejo de retorno, também influíu no vigor do trabalho, embora para a maioria, esse desejo se transformasse, com o passar dos anos, apenas no sonho mais acalentado até a morte.

Alguns concordam com "a indolência" sem aceitar, entretanto, desculpa de clima para essa falta de esforço: "O inverno é geralmente moderado. Até mesmo nos dias quentes há momentos em que sopra uma brisa refrescante, além de haver algumas horas, todas as manhãs e tardes, durante as quais os raios do sol têm pouca violência e a terra se refresca em virtude do copioso orvalho, geralmente encontrado nos trópicos". (31) registraria Lindley.

Outros, como Henri Alizé, falam de um clima úmido, fatigante e de insuportável calor. Suas "Impressões de um jovem diplomata no Brasil" acrescentam: "Os costumes brasileiros eram muito pacatos mas a apatia do povo e a longanimidade das autoridades toleravam fatos bem extraordinários, sobretudo quando se tratava de uma certa clientela política". (32)

Em 1840, vésperas de uma maioria um tanto questionável, um americano escreve suas "Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil". Não foge à regra quando acusa o brasileiro de irresponsável produto do meio. É paradoxal e ambíguo nas suas diatribes: "A ordem imperiosa da necessidade — trabalho ou morte — jamais perturba o repouso quotidiano do brasileiro, bocejando ao embalo da rede nas horas do sol a pino. A grande massa do povo vive ao "Deus dará". Suas necessidades são poucas e simples: conformam-se, em geral, à produção espontânea da natureza". (33)

Mais adiante, observa que são raros os escravos nessa província; tal observação poderia ser acompanhada de certa simpatia, da parte de um Pastor, em país ainda escravocrata, mas é assim complementada: "Já existe suficiente indolência no Ceará. Seria excesso de crueldade escravizar um povo para se abandonarem os cearenses à ociosidade ainda maior". (34)

Entre as poucas necessidades dos mestiços do Pará, aponta Martius "o doce far niente, a cachaça e mulheres". (35)

Agassiz não se esquece de ressaltar o "hábito nacional de tudo deixar para o dia seguinte". (36)

Todos falaram nos problemas, poucos lhes procuraram as causas.

As causas de tanta "indolência" estão — sabemos nós — na razão direta dos interesses coloniais existentes e das classes por eles eleitas para usufruir da subordinação econômica, e, na razão inversa de clima, meio, e outros fatores que "predestinam" metrópoles.

Povo faminto, povo doente, não é a mesma coisa que povo preguiçoso, povo indolente.

Quando existe monopólio da terra em função de um mercado interno, retido o excedente econômico, podem-se incorporar novas técnicas e transformar a terra em grandes propriedades capitalistas. Mas, no caso brasileiro, de economia voltada para

fora, para exportar, o regresso é visível, enquanto a classe latifundiária transfere o ônus da espoliação ao povo. (37)

Repetimos, povo pobre, povo doente, povo faminto: povo indolente?

Burton é dos poucos que, apesar de tudo, tenta aprofundar-se, mas é um inglês "acima de qualquer suspeita". Brinca quando diz que "os ingleses em caminho da Índia deixam a consciência no Cabo e se esquecem de retomá-la de volta" (38) mas conhece o tamanho da verdade com que brinca. Acabrunha-se com o difícil encargo de usar "toda franqueza" ao tratar de minas de ouro exploradas por companhias inglesas, e diz — "É claro que a não contar toda a trapaça, é melhor nada dizer sobre o caso". (39)

O capítulo XX do seu livro, apesar disso, é todo dedicado à mina de ouro de Morro Velho. Existe uma seção — III — especialmente sobre a mineração inglesa em Minas. Na qual analisa o problema, exatamente sobre o enfoque que interessa à metrópole. (40)

Não pode negar que "houve os maiores desgovernos, tanto aqui como no estrangeiro", que aos interesses públicos sobrepõem-se os particulares; isto é por demais notório. Entretanto, defende com veemência a política brasileira que atende aos princípios liberais em voga, lesivos aos interesses nacionais. Ao consenso geral que explode em queixas. (41) rebate com argumentações ridículas, tais como a de que pior seria deixar o ouro enterrado nas minas.

A tantas observações acrescenta: "os que estavam no poder felizmente tiveram a coragem de sustentar a política do "do ut des", em oposição à política do "cão na mandeoura", que é dos países semi-civilizados". (42)

Em síntese, não restam dúvidas de que teses racistas, de claro envolvimento econômico, hoje totalmente refutadas, dominaram as observações ocasionais da maioria dos viajantes estrangeiros do século XIX.

Dominaram, e envolveram até, algumas de nossas maiores inteligências, que misturando "os conceitos de raças e clima aceitaram a ação maléfica dos trópicos responsável pela extenuação do nosso povo". (43) Esqueceram acrescentar que a exploração desses trópicos se fez, apesar de seus autores. (44)

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817**. São Paulo, Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972, p. 31.
- 2 — LINDLEY, Thomas. **Narrativas de uma viagem ao Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1969. p. 182.
- 3 — MAWE, John. **Viagens pelo interior do Brasil**. Rio de Janeiro, Z. Valverde, 1944. p. 318.
- 4 — PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de **História geral da civilização brasileira**. São Paulo, DIFEL, 1976. v. I, t. 2, p. 75.
- 5 — GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1956. p. 57-8.
- 6 — PANTALEÃO, Olga. 1976. p. 88.
- 7 — GRAHAM, Maria. 1956. p. 141.

- 8 — GRAHAM, Maria. 1956. p. 170.
- 9 — SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese da história da cultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1972. p. 50.
- 10 — KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1942. p. 545.
- 11 — KOSTER. 1942. p. 548.
- 12 — KOSTER. 1942. p. 552.
- 13 — LIMA, M. de Oliveira **Pernambuco e seu desenvolvimento histórico**. 2. ed. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Sec. de Educação e Cultura, 1975, p. 231. "O tratado de comércio com a Inglaterra, tratado leonino imposto pelas circunstâncias do momento, e que excitou no reino geral descontentamento"... assim se refere Oliveira Lima ao famoso tratado de 1810.
- 14 — AZEVEDO, João Lucio de. Épocas de Portugal econômico. Apud: SODRÉ, Nelson Werneck. **Razões da Independência**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965. p. 155.

A opinião é do Duque de Palmela, citada também por Oliveira Lima em "D. João VI no Brasil". p. 401, e por Mauricio Goulart em "A Escravidão Africana no Brasil". p. 238.
- 15 — KOSTER, Henry. 1942, p. 318. "A Inglaterra é minha pátria, mas meu país natal é Portugal. Pertença aos dois e na companhia dos ingleses, portugueses ou brasileiros, sinto-me igualmente entre patrícios".
- 16 — KOSTER, 1942. p. 552.
- 17 — KOSTER, 1942. p. 550.
- 18 — KOSTER, 1942. p. 559. O brutal nisso tudo foi o público reconhecimento de incompetência admitido pela coroa lusa.
- 19 — LIMA, M. de Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro, J. Olympio. p. 413.
- 20 — CARVALHO, Alfredo de. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife, 17 (87) 80-8, 1915.
- 21 — FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 12 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1974. p. 94.
- 22 — MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817**. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972, p. 31.
- 23 — TOLLENARE, L. F. de **Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1916, 1817 e 1818**. Salvador, Ed. Progresso, 1956. p. 247.
- 24 — TOLLENARE. 1956. p. 97.
- 25 — SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese da história da cultura**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1972. p. 43.
- 26 — KOSTER, 1942. p. 483. Ver o ponto de vista do autor quanto à família patriarcal

brasileira — as relações entre brancos, negros, índios ou mulatos — o papel do "senhor todo poderoso", o da mulher branca ou preta, mas sempre submissa.

- 27 — ROUSSEAU, J. Jacques. Emile ou de l' education. PARIS, Larouse, s. d. p. 557. Apud: FRANCO Afonso Arinos de Melo. **O índio brasileiro e a revolução francesa**. 2. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976. p. 178.
- 28 — Por volta de 1786, as conspirações brasileiras inspiravam-se nas doutrinas francesas e no exemplo dos Estados Unidos. Episódio interessante é o caso do estudante José Joaquim da Maia com o então Ministro dos Estados Unidos na França — Thomas Jefferson — In: BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1973. p. 15 - 16 - 17.
- 29 — MOTA, Carlos Guilherme. 1972. p. 34 - 5.
- 30 — BANDEIRA, Moniz. 1973. p. 40.
- 31 — LINDLEY, Thomas. 1969. p. 152.
- 32 — ALLIZÉ, Henry. Impressões de um jovem diplomata no Brasil. **Revista Brasileira Síntese do Momento Contemporâneo**, Rio de Janeiro (3): 313, set. 1934.
- 33 — KIDDER, Daniel. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil**. (Províncias do Norte). São Paulo, Liv. Martins, 1972. p. 141.
- 34 — KIDDER, 1972. p. 141.
- 35 — SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil**. 2 ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, s. d. T. 3, p. 19.
- 36 — AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagens ao Brasil, 1865-1866**. São Paulo, Ed. Nacional, 1938. p. 86.
- 37 — GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968. p. 36-7.
- 38 — BURTON, Richard. **Viagens aos planaltos do Brasil**. (1868). São Paulo, Ed. Nacional, 1941. p. 348.
- 39 — BURTON, Richard. 1941. p. 37.
- 40 — No caso, leia-se Inglaterra.
- 41 — BURTON, Richard. 1941. p. 349. "Estes estrangeiros carregam todo o ouro para fora de nossa terra".
- 42 — BURTON, 1941. p. 350.
- 43 — SODRÉ, Nelson Werneck. **Ideologia do colonialismo**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965. p. 92.
- 44 — HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1936. p. 20.